O CRÉDITO RURAL NO ESTADO DO AMAZONAS

Jeronimo Alves dos Santos[1]
Luiz Roberto Coelho Nascimento[2]
Marta Cristina Marjotta-Maistro[3]

Resumo: O objetivo deste estudo foi identificar o número de contratos e valores dos créditos oferecidos no Brasil, nas regiões e nos estados brasileiros, no período de 2009 a 2014, enfatizando a região Norte e o estado do Amazonas. Utilizou-se o método de exploração de dados e documentos de pesquisa. No Brasil, identificou-se que o volume financeiro aumentou mais que o volume de crédito, este liderado pelos bancos públicos. A região Sul foi a que mais demandou crédito, contrastando com a região Norte. Observou-se que o estado do Amazonas possui uma das piores participações no crédito rural do País, apenas 10% dos produtores do estado foram beneficiados. Conclui-se que é necessário incentivo de políticas de crédito para o produtor rural da região Norte, em especial no estado do Amazonas, com articulações com instituições financeiras, de pesquisa e assistência técnica, o que implicaria em melhor desempenho da agropecuária.

Palavras chave: crédito rural, Amazonas, políticas.

Abstract: The objective of this study was to identify the amount and values of credits in Brazil and in the states, from 2009 to 2014; especially in the Northern region and in the State of Amazonas state. It was used the method of exploring data and research documents. The financial volume increased more than the volume of credit, led by public banks. The South region was the one that most demanded credit, in contrast, the North region was the one that least demanded rural credit. The State of Amazonas has

[1]Doutor em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo Federal de São Carlos-UFSCar. Rodovia. E-mail: jeronimo@ufscar.br/jeronimo2100@yahoo.com.br.
[2]Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Estudos Sociais - FES. E-mail: saint_louis@uol.com.br
[3]Doutora em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo Federal de São Carlos-UFSCar. Email: marjotta@ufscar.br/mcmarjotta@gmail.com/mcmarjotta@hotmail.com

some of the worst participations of the Country's Rural Credit, only 10% of the producers have benefited. It is concluded that the incentive of credit policies for rural producers in the Northern region needs to be expanded, especially in Amazonas state, coordination with financial institutions, research and technical assistance,which would imply better agricultural performance.
Keywords: Credit; Rural; Amazonas; Policies

INTRODUÇÃO

O Banco Central do Brasil (BCB, 2015a) define crédito rural, no Brasil, como o suprimento de recursos financeiros, por instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)[1], para aplicação exclusiva nas finalidades e condições estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR)[2].

De acordo com o MCR, o seu objetivo é estimular os investimentos rurais, favorecer o custeio e a comercialização da produção, incentivar a incorporação de métodos racionais no sistema de produção de modo a aumentá-la, propiciar a aquisição e regularização de terras, desenvolver atividades florestais e pesqueiras fortificando o setor rural (BANCO CENTRAL, 2016).

O crédito rural, no Brasil, é classificado segundo a sua atividade e finalidade e tem limites de financiamento de acordo com o SNCR. Trata-se de um auxílio financeiro feito por bancos e cooperativas de crédito, cadastradas no SNCR, que seguem as normas do MCR. Segundo o Banco Central do Brasil (2016), esse crédito pode ser destinado a:

a) Produtor rural (pessoa física ou jurídica);
b) Cooperativa de produtores rurais; e
c) Pessoa física ou jurídica que, mesmo não sendo produtor rural, se dedique a uma das seguintes atividades:

- Pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas;
- Pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;
- Prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para proteção do solo;
- Prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais;

- Medição de lavouras;
- Atividades florestais.

No entanto, mesmo que o sistema de crédito rural no Brasil seja bem estruturado, existem questionamentos sobre a concentração desse serviço no Brasil, ou seja, não é bem distribuído entre regiões e produtores rurais (ANDERSON, 1990), sendo que esse instrumento de política se torna essencial para um crescimento mais equilibrado da agricultura, reduzindo as desigualdades entre produtores e estabelecimentos rurais (CARTER, 1989).

A importância da política de crédito rural destaca-se no cenário de equidade de distribuição e redução de fatores prejudiciais às regiões que não têm alternativas, tendendo à exploração "inconsciente" dos recursos ambientais. Um desses casos é o do estado do Amazonas, onde se encontra grande número de pequenos produtores com pouquíssimo acesso a tecnologias (das mais simples até às mais complexas), como consequência têm-se baixos níveis de produtividade e permanência da desigualdade e pobreza no campo (PERZ e WALKER, 2002).

Dessa forma, este trabalho tem como objetivos, por meio de pesquisa no banco de dados do BCB: verificar se a Política de Crédito Rural tem cumprido o seu objetivo (de acordo com o MCR); identificar a quantidade e o valor dos créditos oferecidos no Brasil, nas regiões e nos estados brasileiros, no período de 2009 a 2014, em especial no estado do Amazonas. Especificamente far-se-á um levantamento do destino do crédito e de quantidades de contratos e/ou volume financeiro.

METODOLOGIA

No desenvolvimento deste trabalho, tendo em vista seu aspecto descritivo, buscam-se informações sobre o perfil do crédito rural em trabalhos publicados nos endereços eletrônicos (sites) do BCB, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), entre os anos de 2009 e 2014, não com a pretensão de esgotar o tema, mas sim de identificar os financiadores desse recurso, a quantidade e os valores oferecidos, o destino do crédito, e se os principais objetivos do programa estão sendo alcançados.

Dessa forma esta pesquisa fará uso da metodologia exploratória, que, segundo Gil (2002), tem como principal objetivo desenvolver, esclarecer e modificar ideias e conceitos. Esse método é desenvolvido para proporcionar uma pesquisa com o olhar holístico, sobre determinado fato.

A pesquisa exploratória possibilita maior familiaridade com o problema estudado, por meio de pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008). De acordo com Vieira (2002), a pesquisa exploratória busca garimpar um assunto construindo hipóteses mais adequadas e identificar percursos importantes para o estudo. Dentro dessa metodologia encontra-se uma variedade de métodos úteis em sua aplicabilidade, tais como: estudos de fontes secundárias, levantamento de experiências e estudos de caso ou observação informal.

A pesquisa considerada explicativa, de acordo com Fiorentini e Lorezato (2009), está apoiada em uma investigação do tipo descritiva ou exploratória. Portanto, esta pesquisa é exploratória, pois utiliza informações de outros estudos, como documental e base de dados do BCB, para verificar em números a situação do crédito rural no Brasil e em especial no estado do Amazonas (GIL, 2008; FONSECA, 2002).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Distribuição do Crédito Rural no Brasil

Segundo dados do BCB de 2009 a 2014, houve leve aumento no volume de crédito rural no Brasil, passando de 2.528.661 para 2.616.484 contratos. No entanto, o volume financeiro teve forte aumento de 116,96% de 2009 a 2014, um total de R$ 165.561.629.606,56 em 2014, crescimento de 16,75% ao ano (BCB, 2015b).

Desse total de 2014, 58,48% foram emprestados pelos bancos públicos; 30,65%, pelos bancos privados; 9,49% crédito de cooperativas; e 1,38% pelos bancos de desenvolvimento e agências de fomentos. Dos oito bancos públicos, o Banco do Brasil foi o maior financiador do agronegócio, com 48,49% do total do valor financiado no País; e dos 27 bancos privados, o Banco Bradesco foi o que mais financiou a agropecuária, com 11,12% do total de valor financiado no Brasil (BCB, 2015b).

Analisando por atividade, tanto no setor agrícola quanto no pecuário, o número de créditos contratado ficou praticamente na mesma proporção, no entanto o agrícola ficou com mais de 66% do total de valor financiado em 2014 (BCB, 2015b).

Observando por finalidade, tanto em número de contratos (30,42%) quanto em volume financeiro (37,76%), o setor agrícola foi o que mais demandou crédito para o custeio; para investimento o setor pecuário foi maior em número de contratos (37,91%), e o setor agrícola, o maior em volume financeiro (17,03%); e o crédito para comercialização, o setor agrícola foi maior em número de contratos (1,05%) e volume financeiro (11,91%) do total de valor financiado em 2014 (Tabela 1).

Tabela 1: Total de crédito por atividade e por finalidade, em 2014, no Brasil.

Finalidade/ Atividade	**Custeio**		**Investimento**	
	Nº Contratos	**Valor (R$)**	**Nº Contratos**	**Valor (R$)**
Agrícola	795.897,00	62.514.006.821,64	474.136,00	28.202.090.171,59
Pecuário	314.887,00	25.352.531.848,35	991.933,00	24.974.308.663,63
Total	1.110.784,00	87.866.538.669,99	1.466.069,00	53.176.398.835,22
Agrícola/Total Brasil	30,42%	37,76%	18,12%	17,03%
Pecuário/Total Brasil	12,03%	15,31%	37,91%	15,08%
Finalidade/ Atividade	Comercialização		Total	
	Nº Contratos	Valor (R$)	Nº Contratos	Valor (R$)
Agrícola	27.411,00	19.720.055.057,60	1.297.444,00	110.436.152.050,83
Pecuário	12.220,00	4.798.637.043,75	1.319.040,00	55.125.477.555,73
Total	39.631,00	24.518.692.101,35	2.616.484,00	165.561.629.606,56
Agrícola/Total Brasil	1,05%	11,91%	49,59%	66,70%
Pecuário/Total Brasil	0,47%	2,90%	50,41%	33,30%

Fonte: BCB (2015b).

Em relação ao tipo de beneficiário, observou-se que 74,81% do volume de crédito demandado em 2014 foram concedidos aos produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)[59], no entanto o volume financeiro gerado foi de apenas 15,24% do total, podendo-se inferir que a grande

[59]Programa destinado a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas (ver Anexo).

maioria do volume do crédito rural são "pequenos" empréstimos para produtores familiares, mas a maior parte do volume financeiro fica com produtores "não familiares" (BCB, 2015b).

A região Sul é o maior demandante de crédito no País, tanto em número de contratos quanto em volume financeiro, sendo que o estado do Rio Grande do Sul é o que possui maior número de contratos, e o Paraná é o de maior volume financeiro (Tabela 2).

A região Nordeste ficou na segunda posição na demanda por número de contratos de crédito rural no País, e a região Sudeste, a segunda região demandante em volume financeiro.

Tabela 2: Participação (%) dos estados e regiões no volume de crédito rural em 2014.

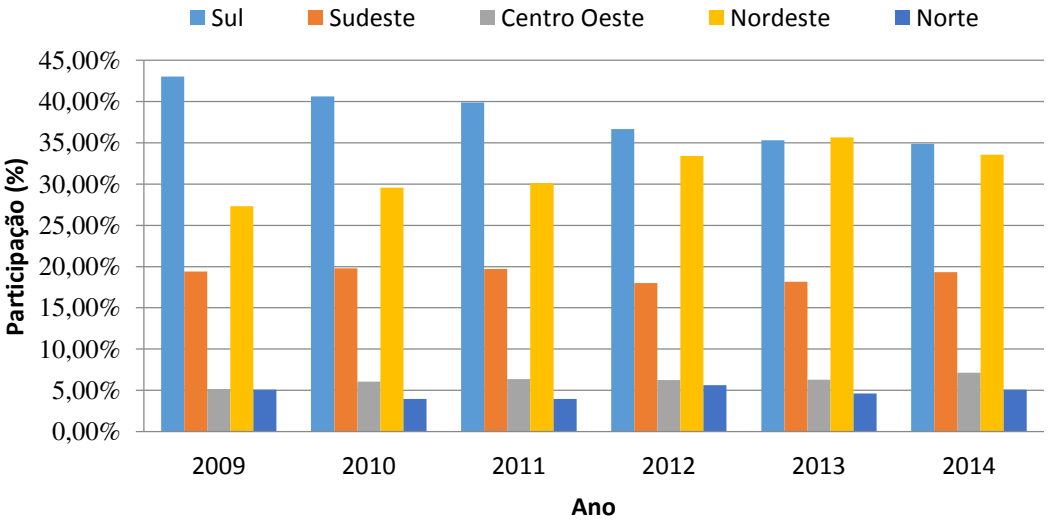
UF		Estado/Brasil (%)		Estado/Região (%)		UF		Estado/Brasil (%)		Estado/Região (%)	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor			Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
PR	Agrícola	16,22%	18,66%	23,07%	33,74%	CE	Agrícola	2,74%	0,37%	4,05%	2,88%
	Pecuária	4,56%	10,27%	6,60%	9,27%		Pecuária	7,35%	1,16%	11,04%	4,51%
	Total	10,35%	15,87%	29,66%	43,01%		Total	5,07%	0,63%	15,09%	7,39%
RS	Agrícola	27,16%	16,71%	38,61%	30,20%	PE	Agrícola	2,14%	0,37%	3,16%	2,86%
	Pecuária	7,73%	10,05%	11,18%	9,07%		Pecuária	5,75%	1,02%	8,63%	3,97%
	Total	17,37%	14,49%	49,79%	39,27%		Total	3,96%	0,58%	11,80%	6,83%
SC	Agrícola	10,01%	4,79%	14,23%	8,66%	PB	Agrícola	1,22%	0,19%	1,81%	1,45%
	Pecuária	4,37%	10,04%	6,32%	9,06%		Pecuária	3,41%	0,48%	5,13%	1,85%
	Total	7,17%	6,54%	20,54%	17,72%		Total	2,33%	0,28%	6,94%	3,30%
Sul		34,88%	36,90%	100,00%	100,00%	SE	Agrícola	1,22%	0,23%	1,80%	1,79%
SP	Agrícola	4,86%	14,77%	12,47%	36,04%		Pecuária	1,94%	0,36%	2,91%	1,42%
	Pecuária	3,51%	8,49%	9,16%	10,34%		Total	1,58%	0,27%	4,71%	3,21%
	Total	4,18%	12,68%	21,63%	46,37%	AL	Agrícola	1,13%	0,20%	1,67%	1,58%
MG	Agrícola	10,79%	11,50%	27,67%	28,06%		Pecuária	2,87%	0,40%	4,30%	1,55%
	Pecuária	13,51%	14,71%	35,23%	17,92%		Total	2,00%	0,27%	5,97%	3,13%
	Total	12,16%	12,57%	62,90%	45,98%	RN	Agrícola	0,89%	0,09%	1,32%	0,71%
ES	Agrícola	4,44%	2,04%	11,39%	4,97%		Pecuária	2,83%	0,42%	4,24%	1,62%
	Pecuária	0,88%	1,37%	2,29%	1,67%		Total	1,87%	0,20%	5,56%	2,33%
	Total	2,65%	1,81%	13,68%	6,64%	**Nordeste**		33,56%	8,55%	100,00%	100,00%
RJ	Agrícola	0,30%	0,14%	0,78%	0,35%	TO	Agrícola	0,33%	1,32%	3,19%	17,48%
	Pecuária	0,39%	0,54%	1,02%	0,66%		Pecuária	1,64%	3,10%	16,21%	20,51%
	Total	0,35%	0,28%	1,79%	1,01%		Total	0,99%	1,91%	19,40%	37,98%
Sudeste		19,33%	27,33%	100,00%	100,00%	RO	Agrícola	0,35%	0,32%	3,45%	4,28%
MT	Agrícola	1,45%	9,19%	10,08%	27,63%		Pecuária	2,63%	3,51%	26,06%	23,25%
	Pecuária	3,20%	7,77%	22,64%	11,66%		Total	1,50%	1,38%	29,51%	27,53%
	Total	2,34%	8,72%	32,72%	39,29%	PA	Agrícola	1,14%	0,47%	11,07%	6,21%
GO	Agrícola	1,68%	7,58%	11,64%	22,80%		Pecuária	2,17%	2,96%	21,43%	19,57%
	Pecuária	4,30%	9,98%	30,38%	14,97%		Total	1,66%	1,30%	32,51%	25,78%

	Total	3,00%	8,38%	42,02%	37,77%	AC	Agrícola	0,20%	0,03%	1,99%	0,45%
MS	Agrícola	1,44%	4,17%	9,98%	12,54%		Pecuária	0,72%	0,48%	7,08%	3,20%
	Pecuária	2,07%	6,55%	14,60%	9,83%		Total	0,46%	0,18%	9,07%	3,65%
	Total	1,75%	4,96%	24,57%	22,37%	AM	Agrícola	0,33%	0,07%	3,17%	0,91%
DF	Agrícola	0,08%	0,16%	0,58%	0,49%		Pecuária	0,38%	0,25%	3,74%	1,68%
	Pecuária	0,01%	0,06%	0,10%	0,08%		Total	0,35%	0,13%	6,91%	2,59%
	Total	0,05%	0,13%	0,68%	0,58%	RR	Agrícola	0,02%	0,04%	0,24%	0,55%
Centro-Oeste		7,14%	22,19%	100,00%	100,00%		Pecuária	0,15%	0,25%	1,46%	1,64%
BA	Agrícola	5,87%	4,14%	8,67%	32,27%		Total	0,09%	0,11%	1,69%	2,19%
	Pecuária	11,53%	3,30%	17,33%	12,85%	AP	Agrícola	0,08%	0,02%	0,77%	0,25%
	Total	8,73%	3,86%	26,00%	45,12%		Pecuária	0,01%	0,01%	0,14%	0,04%
MA	Agrícola	2,18%	1,33%	3,22%	10,40%		Total	0,05%	0,01%	0,90%	0,28%
	Pecuária	5,92%	1,95%	8,89%	7,60%	**Norte**		5,09%	5,03%	100,00%	100,00%
	Total	4,07%	1,54%	12,12%	18,00%						
PI	Agrícola	1,72%	1,10%	2,54%	8,59%	**Brasil**		100%	100%	100%	100%
	Pecuária	6,17%	0,54%	9,27%	2,10%						
	Total	3,97%	0,91%	11,82%	10,69%						

Fonte: BCB (2015b).

A região Norte, historicamente, é a que menos se beneficiou em volume financeiro e contratos de crédito rural no País. A Figura 1, a seguir, esclarece um pouco mais essa realidade. Em termos de volume de crédito rural, essa região é similar à região Centro-Oeste.

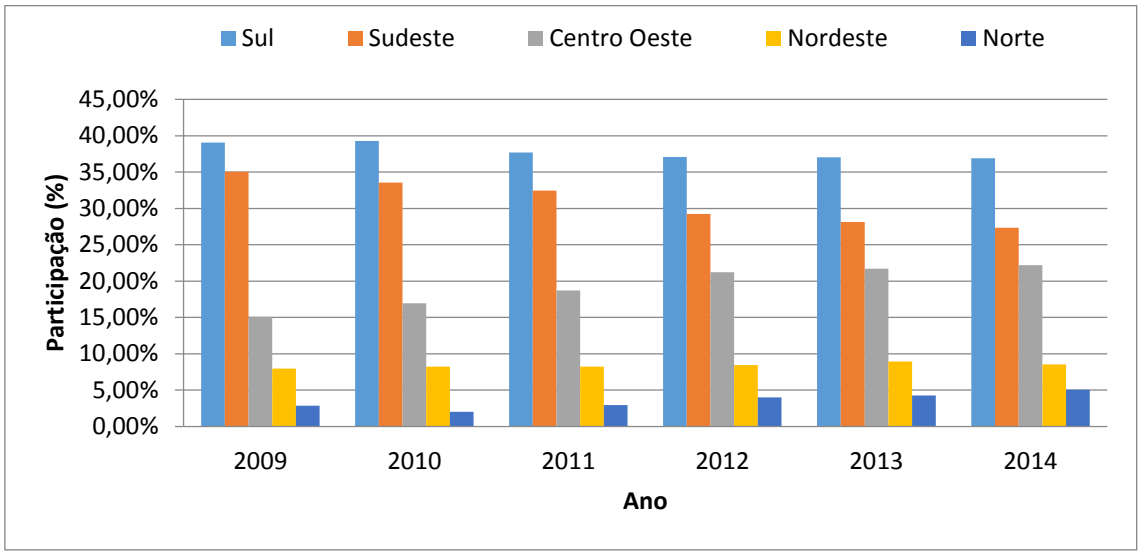
Figura 1: Evolução do volume de crédito rural nas regiões.



Fonte: BCB (2015b).

No entanto, quando se observa a Figura 2, fica evidente a pequena disponibilidade de recursos que é concedida a essa região.

Figura 2: Evolução do volume financeiro de crédito rural nas regiões.



Fonte: BCB (2015b).

Verificou-se ainda a relação entre o volume de crédito e o valor bruto da produção agropecuária (Tabela 3), afirmando, com os dados acima, que essa relação é mais acentuada nas regiões Sul e Sudeste do País, o que confirma a discrepância na distribuição do crédito rural entre regiões. Novamente a região Norte tem a menor relação, ou seja, o volume de crédito rural não condiz com a necessidade de financiamento. Espera-se que quanto maior o volume/valor produzido, maiores sejam as necessidades de crédito (custeio/investimento/comercialização) para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Observando ainda, por meio de análise semelhante para os estados da região Norte, que o estado do Amazonas foi o que obteve a menor proporção nos períodos observados, implicando em menor volume ou acesso ao crédito nesse estado.

Dentro do que está apresentado infere-se que existe uma concentração de distribuição de crédito entre regiões e estados, resultado de um setor agropecuário

incipiente, de baixa utilização de tecnologia e cuja maioria dos produtores tem característica familiar e de subsistência nas regiões e estados menos favorecidos (EMBRAPA, 2015; IBGE, 2006).

Tabela 3: Valor de crédito/valor bruto da produção (Brasil/regiões/UF) no período analisado.

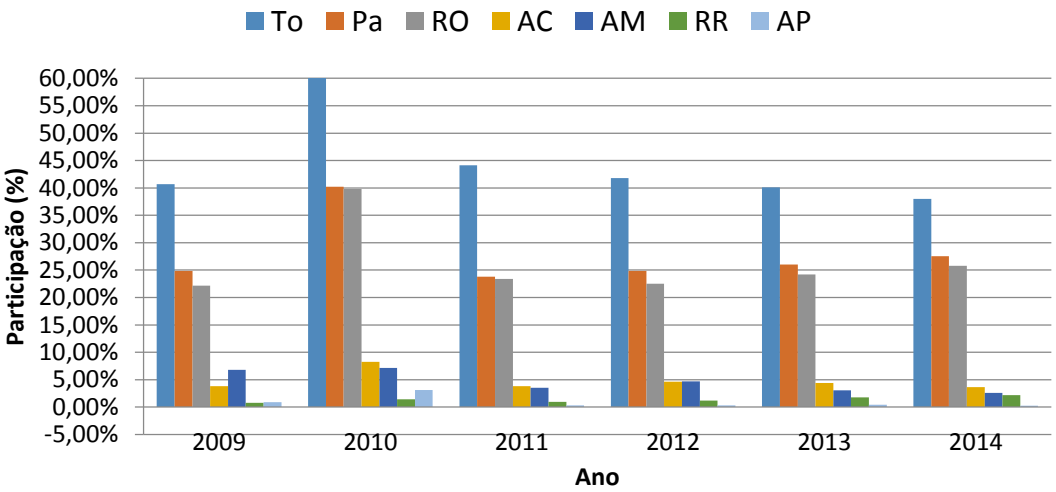
Brasil/Regiões/UF	Relação Valor de Crédito/Valor Bruto da Produção Agropecuária					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	0,51	0,52	0,50	0,58	0,59	0,66
Norte	0,18	0,11	0,15	0,22	0,22	0,30
Nordeste	0,19	0,22	0,22	0,28	0,32	0,32
Sudeste	0,64	0,64	0,59	0,62	0,71	0,76
Sul	0,77	0,74	0,74	0,90	0,74	0,87
Centro-Oeste	0,45	0,54	0,52	0,59	0,66	0,77
Rondônia	0,23	0,29	0,26	0,32	0,44	0,56
Acre	0,16	0,18	0,12	0,22	0,22	0,23
Amazonas	0,10	0,05	0,02	0,05	0,04	0,04
Roraima	0,14	0,16	0,15	0,26	0,27	0,47
Pará	0,09	0,08	0,07	0,11	0,11	0,17
Amapá	0,11	0,27	0,04	0,05	0,10	0,09
Tocantins	0,55	0,58	0,59	0,83	0,89	0,96

Fonte: BCB (2015b); IBGE (2018).

De acordo com Lopes et al. (2016), existem muitos problemas que dificultam o acesso dos produtores rurais da Amazônia Brasileira ao crédito rural, tais como: produtividade muito baixa; serviços públicos deficientes; pouco interesse dos bancos em emprestar dinheiro a produtores de baixa renda; renda per capita baixa e grande falta de titulação de terras.

Ao fazer comparação entre os estados da região Norte, verifica-se que o estado do Pará foi o maior demandante em volume de crédito, enquanto Tocantins se destacou em volume financeiro. Os que tiveram menor acesso foram: Amazonas, Roraima e Amapá. Nas Figuras 3 e 4 encontra-se essa mesma tendência histórica.

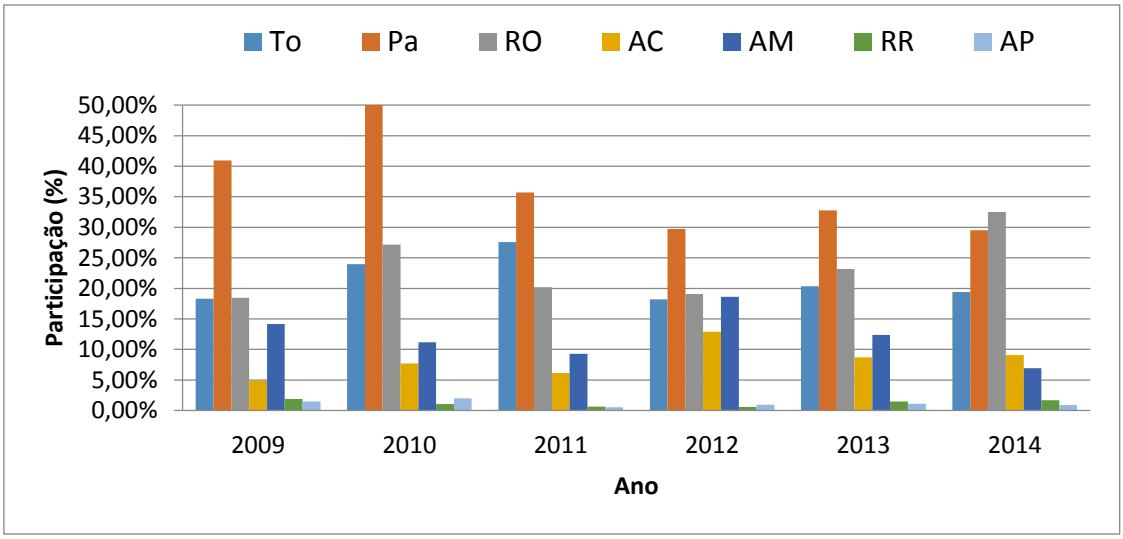
Figura 3: Evolução do volume financeiro de crédito rural na região Norte.



Fonte: BCB (2015b).

De acordo com as Figuras 3 e 4, de 2009 a 2014, o estado do Tocantins foi o que captou o maior volume financeiro na região, enquanto que o estado do Pará foi o que mais obteve em volume de crédito de 2009 a 2013, sendo ultrapassado por Rondônia em 2014.

Figura 4: Evolução do volume de crédito rural na região Norte.



Fonte: BCB (2015b).

De 2009 a 2014, o estado de Roraima foi o mais representativo no aumento do volume financeiro (983%), enquanto no volume de crédito, o Acre teve aumento de 94%. O estado do Amazonas foi o que obteve a maior redução do volume de crédito no período (49,30%), uma redução de 12,70% ao ano e penúltimo colocado no aumento do volume financeiro no período, na frente apenas do Amapá.

Observa-se, então, que tanto em volume de crédito quanto em volume financeiro concedido aos estados brasileiros, o Amazonas foi um dos que obtiveram a menor participação no País, ficando melhor apenas que Roraima, Amapá e Distrito Federal.

O CRÉDITO RURAL NO ESTADO DO AMAZONAS

O estado do Amazonas possui a maior área territorial do País e uma população estimada, em 2014, em 3.873.743, cerca de 23,50% da população da região Norte, sendo que 21% da sua população está no meio rural. É o segundo estado mais urbano da região (IBGE, 2014). O seu Produto Interno Bruto (PIB) foi de R$ 86,56 bilhões em 2015, segundo maior da região. A agropecuária participou com apenas 7,96% do valor bruto da produção de todas as atividades econômicas do estado em 2015 (IBGE, 2018).

Pelas análises dos dados do BCB de 2009 a 2014, houve forte queda no volume de crédito rural no Amazonas, passando de 18.174 para 9.214 contratos. No entanto, o volume financeiro teve aumento de 45,60% de 2009 a 2014, um total de R$ 215.444.200,97 em 2014, crescimento de 7,8% ao ano.

Desse total de 2014, 99,88% foram emprestados pelos bancos públicos; 0,76% pelos bancos privados; 0,04% crédito de cooperativas. Dos quatro bancos públicos, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) foi o maior financiador da agropecuária, com 41,80% do total do valor financiado no estado, seguido pelo Banco da Amazônia (34,71%), Banco do Brasil (22,02%) e Caixa Econômica Federal (0,44%); o Banco Bradesco participou com 0,76% do volume financeiro como o único banco privado, e a CCLA Norte MT (0,01%) com o SICOOB CREDSUL (0,03%) como as únicas cooperativas a financiar agropecuária no estado.

Analisando-se por atividade, o volume de crédito contratado foi de 54,09% para o setor agrícola e 45,91% para o setor pecuário, o montante de crédito financiado foi de 62,23% para o agrícola e 37,76% para o setor pecuário em 2014.

Observando por finalidade, tanto em número de contratos (21,33%) quanto por volume financeiro (31,16%), o setor agrícola foi o que mais demandou crédito para o custeio; para investimento o setor agrícola foi maior em número de contratos (31,30%) e em volume financeiro (17,30%); e o crédito para comercialização o setor agrícola foi maior em número de contratos (1,46%) e volume financeiro (13,77%) do total de valor financiado em 2014; conforme a Tabela 3, abaixo.

Tabela 3: Total de crédito por atividade e finalidade no Amazonas em 2014.

Finalidade/ Atividade	Custeio		Investimento	
	Nº Contratos	Valor (R$)	Nº Contratos	Valor (R$)
Agrícola	61.400,00	5.255.010.486,60	90.113,00	2.916.859.454,87
Pecuário	40.467,00	2.728.526.249,76	89.426,00	2.829.710.684,49
Total	101.867,00	7.983.536.736,36	179.539,00	5.746.570.139,36
Agrícola/Total Amazonas	21,33%	31,16%	31,30%	17,30%
Pecuário/Total Amazonas	14,06%	16,18%	31,06%	16,78%
	Comercialização		Total	
Finalidade/ Atividade	Nº Contratos	Valor (R$)	Nº Contratos	Valor (R$)
Agrícola	4.199,00	2.322.337.244,20	155.712,00	10.494.207.185,67
Pecuário	2.285,00	810.547.605,74	132.178,00	6.368.784.539,99
Total	6.484,00	3.132.884.849,94	287.890,00	16.862.991.725,66
Agrícola/Total Amazonas	1,46%	13,77%	54,09%	62,23%
Pecuário/Total Amazonas	0,79%	4,81%	45,91%	37,77%

Fonte: BCB (2015b).

Na Tabela 4 encontra-se a participação por tipo de beneficiário. Observou-se que 74,81% do volume de crédito demandado em 2014 foram concedidos aos produtores vinculados ao Pronaf, no entanto o volume financeiro gerado foi de apenas 15,24% do total. Pode-se inferir que a grande maioria do volume do crédito rural são pequenos empréstimos para produtores familiares, mas a maior parte do volume financeiro fica com produtores não familiares. As cooperativas de produção agropecuária demandaram 0,26% do volume de contratos, no entanto em volume financeiro participou 19,31%.

Tabela 4: Participação do total de crédito por beneficiário no Amazonas em 2014.

Beneficiário	Contratos	Valor
Vinculado ao Pronaf	74,81%	15,24%
Vinculado ao Pronaf	9,50%	12,56%
Demais pessoas físicas	13,95%	37,83%
Cooperativa de produção agropecuária	0,26%	19,31%
Demais pessoas jurídicas	1,48%	15,06%
Total	100%	100%

Fonte: BCB (2015b)

Dos 62 municípios do Amazonas, 52 demandaram crédito rural. O município de Carauari foi o que obteve maior volume de crédito (19,12%) e volume financeiro (41,97%) em 2014, a maior parte voltada para a finalidade de comercialização e grande parte deste para o setor pecuário. Manacapuru foi o segundo município que mais demandou crédito (8,90%) e volume financeiro (8,05%), sendo a principal finalidade para investimento e grande maioria deste para o setor pecuário (BCB, 2015b). Os municípios de Benjamin Constant (0,01%) e Japurá (0,01%) foram os que menos demandaram crédito. O primeiro voltado para custeio e setor pecuário; o segundo, para investimento e setor agrícola (BCB, 2015b).

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. (Afeam), uma das principais financiadoras do agronegócio e a única presente em todos os municípios do

estado do Amazonas, opera o FNO[60] por meio do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas (FMPES) pela Lei Estadual nº 2.629, de 29 de dezembro de 2000, dessa forma não se encontra cadastrado no sistema de operações do crédito rural do Proagro - Sicor do BCB (BASA, 2015; SEFAZ, 2000).

De acordo com os relatórios de atividade do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), de 2011, 2012 e 2013, o volume de crédito financiado pela Afeam do período de 2011 foi de 2.225 contratos e R$ 11.111.060 em volume financeiro; em 2013, o volume de crédito foi de 1.660 contratos e R$ 14.798.716 em volume financeiro, ou seja, teve queda de 26,4% em volume de crédito, e o volume financeiro aumentou em 33,2% (IDAM, 2012; IDAM, 2013; IDAM, 2014).

Esse resultado é consequência do menor volume de crédito solicitado para a Afeam em 2012 e 2013, em relação a 2011, e da redução em 10,97% da taxa de aprovação do crédito, que passou de 80,39% em 2011 para 75,70% em 2013 (IDAM, 2012; IDAM, 2013; IDAM, 2014).

Do volume de crédito concedido em 2013, no estado do Amazonas, para a agropecuária (18.116 contratos), a Afeam participou com apenas 7,45% e volume financeiro 9,16%; o Basa foi o que mais concedeu crédito em 2013 com 72,58% do volume de crédito para o estado e 56,93% em volume financeiro (BCB, 2015; IDAM, 2014).

Comparando os anos de 2011 e 2013, o volume total de crédito aumentou em 93,67% e volume total financeiro no estado aumentou em 86,92% (IDAM, 2012; IDAM, 2014).

O Estado do Amazonas possui por volta 195 mil produtores rurais, segundo as estimativas do Idam, desse total são assistidos 84.128 beneficiários (43,14% do estado) da assistência técnica do Idam. Sabendo que em 2013 foi concedido 18.116 contratos de crédito, isso equivale apenas a 9,29% do total de produtores e a 21,53% do total dos assistidos pelo Idam. Infere-se que grande parte dos produtores do Amazonas não tem acesso ao crédito, o que dificulta o desenvolvimento agrícola do estado, ou seja, menos

[60]Principal instrumento de recursos financeiros estáveis para crédito de fomento no estado, o foco do FNO é auxiliar as atividades produtivas de baixo impacto ambiental, visando o desenvolvimento sustentável econômico e social da Região Norte (BASA, 2015).

da metade dos produtores são atendidos com assistência técnica e menos de 10% recebe algum tipo de crédito agrícola (IDAM, 2012; IDAM, 2013; IDAM, 2014).

Para que fossem alcançados ao menos os produtores assistidos pelo Idam, seria necessário aumentar o volume de crédito em 264,39%; se tivesse como meta alcançar todas as famílias assistidas pelo Idam até 2020, precisaria de um crescimento do volume de crédito de 38,18% ao ano. Isso equivaleria a um volume financeiro médio de R$ 588.489.663,01, cerca de R$ 147.122.415,80 ao ano (BCB, 2015b; IDAM, 2012; IDAM, 2013; IDAM, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as informações acima, observou-se que o estado do Amazonas possui carência elevada de crédito agropecuário e uma das piores participações do crédito rural do País, e o que é atendido em volume de crédito e volume financeiro no estado não é o suficiente para atender toda a demanda dos produtores rurais.

A participação da Afeam nesse mercado é muito reduzida se comparada ao volume de crédito concedido no estado. Será necessário um esforço grande dos órgãos públicos, como as agências de financiamento, para desenvolver estratégia objetivando o aumento do volume de crédito nos próximos anos, um crescimento de 264,39%, para que sejam alcançados todos os produtores atendidos pelo Idam até 2020, ainda assim ficariam sem acesso ao crédito mais de 110 mil produtores rurais no Amazonas.

Para que seja desenvolvida uma agricultura socioeconômica e ambientalmente sustentável será necessário um esforço conjunto das instituições governamentais, internacionais, agências financiadoras, assistência técnica e acompanhamento para introdução de capital físico e humano e de novas práticas de produção com inovação tecnológica.

Este estudo apresentou um retrato (2009 a 2014) do crédito rural no Brasil, em especial no estado do Amazonas, evidenciando a deficiência da distribuição de recursos para essa região. No entanto, para melhor análise das implicações, tanto desse fator como de outros fatores sociais e econômicos, é necessário um estudo mais aprofundado com cruzamento de dados e análise de impactos. Sugerem-se outros estudos capazes de apontar as razões da forma como é distribuído o crédito rural no Amazonas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J. Does regulation improve small farmers' access to Brazilian rural credit?. Journal of Development Economics, v.33, n.1,July 1990, p. 67-87.

Banco Central do Brasil - BCB. **Definições, Conceitos e Esclarecimentos sobre Crédito Rural**. Retirado do site:http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/credrural/sicor/matrizinformacoes/Documents/definicoesCreditoRural.pdf, no dia 05 de maio de 2015. 2015a.

_____. **Crédito Rural**. Retirado do site: http://www.bcb.gov.br/?CREDRURAL no dia 30 de abril de 2015. 2015b.

Banco da Amazônia - BASA. **O que é Linha de Crédito FNO?**. Retirado do site: https://intoo.com.br/blog/banco-basa-fno-o-que-e-a-linha-de-credito-fno/ no dia 05 de maio de 2015.

CARTER, M. R.The impact of credit on peasant productivity and differentiation in Nicaragua.**Journal of Development Economic**s,v.31, n.1,July 1989, Pages 13-36.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Resultado de reunião realizado no dia 21 de abril de 2015. 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. **Relatório de Atividade do IDAM, 2011**. Retirado do site: http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/RAIDAM2011.pdf no dia 15 de abril de 2015. 2012.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Retirado do site: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado no dia 04 de maio de 2018. 2018.

_____. **Censo Agropecuário**. Retirado do site: httphttp://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf.shtm no dia 23 de abril de 2015. 2006.

_____. **Relatório de Atividade do IDAM, 2012**. Retirado do site: http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/RAIDAM2012.pdf no dia 15 de abril de 2015. 2013.

_____. **Relatório de Atividade do IDAM, 2013.** Fornecido pelo IDAM, 2015. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IBGE Estados**. Retirado do site: http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am no dia 06 de maio de 2015. 2014.

LOPES, D. LOWERY, S. PEROBA, T. L. C. **Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável**. Revista do BNDES,n.45, jun. 2016. p. 155-196.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**.5 Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PERZ,S. G. .WALKER, R. T.Household Life Cycles and Secondary Forest Cover Among Small Farm Colonists in the Amazon. **World Development**. v. 30, n. 6,June 2002, p. 1009-1027

Secretaria de Estado da Fazenda Departamento de Tributação – SEFAZ. L**ei nº 2.629, de 29 de dezembro de 2000**. Retirado do site: http://www.sefaz.am.gov.br/Areas/OpcaoSistemas/SILT/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202000/Arquivo/LE_2629_00.htm no dia no dia 06 de maio de 2015. 2014.

Vieira, V.A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista FAE**n.5, 2002. p: 61-70.